



O Capital

Friedrich Engels

Desde que o mundo se divide em capitalistas e operários não apareceu um livro de tão grande importância para os operários como este¹. As relações entre capital e trabalho, eixo em torno do qual gira todo o nosso sistema social atual, são pela primeira vez tratados cientificamente com uma profundidade e uma clareza só possíveis para um alemão². Por mais preciosos que sejam e serão os escritos de um Owen, de um Saint-Simon ou de um Fourier, estava reservado a um alemão elevar-se à altura necessária para ver claramente e panoramicamente o domínio inteiro das relações sociais modernas, da mesma maneira que, ao espectador situado no mais alto pico, aparecem as formações montanhosas menos elevadas.

A economia política até agora nos ensinou que o trabalho é a fonte de toda a riqueza e a medida de todos os valores, de tal forma que dois objetos cuja produção custou o mesmo tempo de trabalho possuem o mesmo valor e devem ser trocados um pelo outro, tendo em vista que, geralmente, só valores iguais podem ser trocados entre si. Mas também ensina que existe uma espécie de trabalho acumulado a que chama capital e que esse capital, graças às possibilidades que contém, multiplica por cem e por

¹ Engels se refere a *O Capital*, de Marx, que possui duas traduções no Brasil, a da Editora Civilização Brasileira, bastante confusa, e a da Nova Cultural, a melhor em língua portuguesa.

² Sem dúvida, é possível discordar amplamente de Engels em vários pontos, a começar por esta afirmação de que um "alemão" teria melhores condições de analisar a sociedade capitalista, pois o fato de Marx ser um alemão não foi o elemento principal para que pudesse ter produzido sua obra e sim um conjunto de determinações, entre as quais a emergência do proletariado, os seus valores, a sua erudição (conhecia as obras dos economistas ingleses, socialistas franceses, filósofos alemães, a história geral da humanidade, etc.), entre inúmeras outras. A Alemanha, por si só, não proporcionava um "pico" mais alto para a visão das relações sociais modernas e se este fator fosse o mais importante teriam surgido vários escritores como Marx..



mil a produtividade do trabalho vivo, reivindicando para tal uma certa compensação a que se chama lucro ou benefício.

Sabemos que, na realidade, as coisas são assim: os lucros do trabalho morto, acumulado, constituem uma massa cada vez maior, os capitais dos capitalistas tomam proporções cada vez mais colossais, enquanto o salário do trabalhadores é cada vez menor e a massa dos operários que vive unicamente do salário é cada vez maior e mais pobre. Como resolver esta contradição? Como pode haver um lucro para o capitalista se o operário receber o valor total do trabalho que acrescenta ao produto? E, contudo, visto que só valores iguais são trocáveis, devia ser assim. Por outro lado, como podem valores iguais ser trocados, como pode o operário receber o valor inteiro do seu produto, se como concebem muitos economistas, esse produto é dividido entre o operário e os capitalistas? Os economistas encontram-se até hoje perplexos face a esta contradição, escrevem ou balbuciam fórmulas confusas e vazias. Mesmo os críticos socialistas da economia não foram até aqui capazes de fazer mais do que sublinhar esta contradição; nenhum a resolveu até ao momento em que, finalmente, Karl Marx, perseguindo o processo da produção do lucro até ao local onde este nasce, desvendou completamente o assunto.

Marx, ao descrever o desenvolvimento do capital, parte do fato simples e notório de que os capitalistas valorizam o capital através da troca; compram mercadoria por uma certa soma e revendem-na a seguir por uma soma mais elevada. Um capitalista compra, por exemplo, 1000 reais de algodão e revende-o a seguir por 1100 reais, ganhando assim 100 reais. É a este excedente sobre o capital inicial que Marx chama mais-valor. De onde surge esse mais-valor? Segundo a hipótese dos economistas só valores iguais são trocáveis, e, no domínio da teoria abstrata esta também é a verdade. A compra do algodão e a sua revenda não pode, portanto, fornecer mais valor do que a troca de um real por 100 centavos, seguida da troca destes por um outro real, operação em que não se enriquece nem empobrece. Mas o mais-valor também não pode surgir do



fato de os vendedores trocarem as mercadorias acima do seu valor, ou de os compradores as adquirirem acima do seu valor, porque sendo cada um deles tanto vendedor como comprador, há por consequência compensação. Também não pode surgir do fato de compradores e vendedores encarecerem entre eles o produto, visto que isso não produziria um novo valor ou mais-valor, e, ao contrário, não faria mais do que repartir de outra forma o capital existente entre os capitalistas. Ora, apesar do capitalista comprar e revender as mercadorias pelo seu valor, obtém mais valor do que aquele que investiu. Como isto pode acontecer?

O capitalista, nas condições sociais atuais, encontra no mercado uma mercadoria que possui a seguinte propriedade particular: o seu consumo é fonte de um novo valor, cria um novo valor, e, essa mercadoria é a força de trabalho.

Qual é o valor da força de trabalho? O valor de cada mercadoria é determinado pelo trabalho que a sua produção exige. A força de trabalho existe na forma de um operário vivo que necessita para a sua sobrevivência e para sustentar a família que assegura a reprodução da força de trabalho depois da morte, de uma determinada soma de meios de consumo. É, portanto, o tempo de trabalho necessário à produção desses meios de consumo que representa o valor da força de trabalho. O capitalista paga ao operário à semana comprando assim o emprego do seu trabalho por uma semana. Até aqui os senhores economistas estarão suficientemente de acordo conosco sobre o valor da força de trabalho.

O capitalista, nesse momento, põe o seu operário a trabalhar. Durante um determinado tempo o operário terá fornecido tanto trabalho quanto o representado pelo salário semanal. Admitindo que o salário semanal de um operário representa três dias de trabalho, o operário que começa na segunda-feira, na quarta-feira à tarde devolveu ao capitalista o valor total do salário pago. E para de trabalhar? Muito pelo contrário. O



capitalista comprou o trabalho³ por uma semana e é necessário que o operário continue trabalhando durante o resto da semana. Este mais-trabalho do operário, para além do tempo necessário para restituir o valor do salário, é a fonte da mais-valor, do lucro e do aumento sempre crescente do capital.

Mas não se afirme que é uma suposição gratuita dizer que o operário produz em três dias o salário que lhe foi pago e nos outros três produz para o capitalista. Se necessita exatamente de três dias para restituir o salário, ou de dois, ou de quatro, é coisa que aqui é totalmente irrelevante e que, aliás, muda segundo as circunstâncias; o principal é que o capitalista além do trabalho que paga, obtém trabalho que não paga, e não se trata de uma suposição arbitrária, visto que no dia em que o capitalista não recebesse de forma contínua senão o trabalho que paga em salário, fecharia a sua fábrica porque todo o lucro se esfumaria.

Eis que resolvemos todas estas contradições. A produção de mais-valor (de que o lucro do capitalista constitui uma boa parte) é agora perfeitamente clara e natural. O valor da força de trabalho é pago, mas esse valor é muito menor do que aquele que o capitalista sabe arrecadar da força de trabalho, e a diferença – o trabalho não pago – constitui precisamente a parte do capitalista, ou mais exatamente, da classe capitalista. E isto porque mesmo o lucro que, no exemplo citado mais acima, o comerciante de algodão obteve, deve necessariamente consistir em trabalho não pago se os preços de algodão não aumentaram. Foi necessário que o comerciante vendesse a um fabricante de tecidos de algodão que, além dos cem reais já ganhos pelo comerciante, possa obter por sua vez um benefício pela sua fabricação, repartindo-se assim pelos dois o trabalho não

³ Engels, ao contrário de Marx, que escreve com um rigor que poucos pensadores possuem, fala aqui em “compra do trabalho”, enquanto que, na verdade, trata-se de compra da força de trabalho (como o próprio Engels havia colocado anteriormente). O próprio Marx, em obras anteriores a *O Capital*, como em *Trabalho Assalariado e Capital*, fala em compra e venda do trabalho, mas depois altera para compra e venda da força de trabalho, o que proporciona uma diferença substancial, pois o capitalista não compra uma quantidade de trabalho e sim a força de trabalho por um período de tempo determinado e a luta de classes na produção irá girar em torno de período de tempo (a jornada de trabalho) e em torno da produtividade.



pago que o fabricante obteve. É este trabalho não pago que em geral sustenta todos os membros da sociedade que não trabalham. É também com esse trabalho não pago que se pagam os impostos do Estado e das municipalidades, na medida em que esses impostos atingem a classe capitalista e as rendas da terra dos grandes proprietários, etc.. É sobre esse trabalho não pago que repousa todo o mundo social existente⁴.

Aliás, seria ridículo pensar que o trabalho não pago só se constituiu nas condições atuais, em que a produção é realizada por capitalistas e assalariados. Pelo contrário. Desde sempre a classe oprimida foi obrigada a realizar trabalho não pago. Durante todo o longo tempo em que a escravidão foi a forma dominante da organização do trabalho, os escravos foram obrigados a trabalhar muito mais do que lhe era dado sob a forma de meios de subsistência. Sob a dominação da servidão e até à abolição das corveias, passava-se a mesma coisa; e aqui aparecia de maneira tangível a diferença entre o tempo em que o camponês trabalhava para a sua própria subsistência e aquele em que realizava mais-trabalho para o senhor feudal, visto que estas duas formas de trabalho se faziam separadamente. A forma é hoje diferente mas o essencial não mudou, e enquanto “uma parte da sociedade possuir o monopólio dos meios de produção, o trabalhador, livre ou não, é forçado a acrescentar ao tempo de trabalho necessário à sua própria subsistência, um excedente destinado à manutenção do possuidor dos meios de produção” (MARX, Karl. *O Capital*. Livro I).

II

Observamos, no artigo anterior, que cada operário ao serviço do capitalista faz um trabalho duplo: durante uma parte do tempo de trabalho, restitui o salário que o capitalista lhe havia adiantado, parte a que Marx chamou trabalho necessário; e, em

⁴ Este ponto é um dos mais importantes na teoria marxista e é o fundamento para a teoria das classes sociais sob o capitalismo e foi deixado de lado pela maioria dos “ditos” seguidores de Marx. Aqui se coloca a questão do mais-valor global, ou, segundo linguagem de Rodbertus, da renda nacional, que é o fundamento explicativo da formação das classes sociais no capitalismo.



seguida, deve continuar a trabalhar para produzir mais-valor para o capitalista, sendo o lucro deste uma parte importante daquela. A este trabalho chama-se mais-trabalho.

Suponhamos que o operário trabalha três dias da semana para restituir o salário e três dias para produzir o mais-valor para o capitalista. Noutros termos isto quer dizer que, numa jornada de 12 horas, trabalha seis horas para o seu salário e seis horas para criar mais-valor. Mas, uma semana não pode ter mais de seis dias ou, contando domingo, sete, ao passo que cada dia podem ter seis, oito, dez, doze, quinze ou mais horas de trabalho. O operário vendeu pelo seu salário, uma jornada de trabalho, ao capitalista. Mas, o que é um dia de trabalho? Oito horas ou dezoito?

O capitalista tem interesse em prolongar a jornada de trabalho tanto quanto possível. Quanto mais longa ela for, maior será o mais-valor criado. O operário tem a verdadeira sensação de que cada hora feita para além da restituição do salário, lhe é roubada; é no próprio corpo que sente o que é trabalhar muito tempo seguido. O capitalista bate-se pelo seu lucro, o operário bate-se pela saúde, por algumas horas de repouso quotidiano, para poder, fora das horas de trabalho, do sono e da comida, fornecer ainda uma outra atividade humana.

Notemos de passagem que a participação na luta pelo lucro não depende da boa vontade do capitalista tomado isoladamente, do seu querer ou não; a concorrência obriga o mais filantropo a aliar-se aos demais capitalistas e a fazer cumprir uma jornada de trabalho tão longa como a daqueles.

A luta pela limitação da jornada de trabalho data do surgimento dos primeiros operários livres na história e dura até aos nossos dias. Nas várias indústrias existem regras diferentes no que concerne à jornada de trabalho, mas na realidade, raramente elas são observadas. Somente nos casos em que a lei fixa a jornada de trabalho e controla a sua observação é que pode falar-se de uma jornada de trabalho normal. E até aqui, com poucas exceções, somente nos distritos industriais da Inglaterra é que encontramos uma jornada de trabalho normal. A jornada de trabalho de 10 horas (10



horas e meia durante cinco dias e sete horas e meia ao Sábado) foi fixada para todas as mulheres e para os jovens entre os 13 e os 18 anos, e como os homens não podem trabalhar sem estes últimos, ficam também submetidos à lei da jornada de 10 horas. Esta lei foi uma conquista dos operários ingleses através de longos anos de persistência, de uma luta tenaz e obstinada contra os fabricantes, pela liberdade de imprensa, pelo direito de associação e de reunião, utilizando habitualmente as divisões no seio da própria classe dominante. Essa lei transformou-se na salvaguarda dos operários ingleses, foi gradualmente alargada a todos os grandes ramos da indústria e, no ano passado, a quase todos os ofícios, ou pelo menos a todos os que empregam mulheres e crianças. *O Capital*, de Marx possui uma documentação extremamente detalhada sobre a história da regulamentação legal da jornada de trabalho na Inglaterra. O próximo Reichstag da Alemanha do Norte irá igualmente discutir uma lei sobre a indústria e, conseqüentemente, regularizar o trabalho nas fábricas. Esperamos que nenhum dos deputados que deve a sua eleição aos operários alemães, vá para a discussão dessa lei sem ter antes familiarizado completamente com o livro de Marx. Ganhariam muito com esta leitura. Na Alemanha, as divisões nas classes dominantes são muito mais favoráveis aos operários do que eram em Inglaterra, pois o sufrágio universal obriga as classes dominantes a procurar o apoio da classe operária. Nestas circunstâncias, quatro ou cinco representantes do proletariado são uma potência se souberem utilizar a situação, se sobretudo souberem do que se trata, coisa que os burgueses não sabem. E o livro de Marx fornece-lhes, para tal tarefa, uma documentação já elaborada.

Deixaremos de lado uma série de investigações muito belas, de caráter teórico, e contentar-nos-emos abordando o capítulo final que trata da acumulação do capital. Prova-se, nesse capítulo, que o modo de produção capitalista é realizado por um lado pelos capitalistas e por outro pelos assalariados e que não somente reproduz sempre o capital dos capitalistas, mas também produz sempre, simultaneamente, a miséria dos operários; e faz isto de forma a reproduzir a existência da classe capitalista,



por um lado, que é a classe proprietária de todos os meios de consumo, de todas as matérias-primas e de todos os instrumentos de trabalho, e da grande classe dos operários, por outro, que são obrigados a vender a sua força de trabalho aos capitalistas em troca de uma certa quantidade de meios de consumo apenas suficientes, no melhor dos casos, para continuarem em estado de trabalhar e para fazer crescer uma nova geração de proletários aptos para o trabalho.

Mas o capital não se limita a ser reproduzido: está continuamente se multiplicando e a aumentar, e, simultaneamente, aumenta o seu poder sobre a classe dos operários privados de propriedade. O modo de produção capitalista, enquanto se reproduz em proporções cada vez maiores, reproduz também em proporções cada vez maiores e em número crescente, a classe dos operários privados de propriedade. “...A acumulação (de capital) não faz mais do que reproduzir esta relação (relação-capital) numa escala igualmente progressiva: com mais capitalistas (ou com maiores capitalistas) por um lado, e com mais assalariados por outro... Acumulação do capital é ao mesmo tempo aumento do proletariado” (MARX, Karl. *O Capital*. Livro 1, Tomo III).

Porém, como para produzir a mesma quantidade de produtos, são precisos cada vez menos operários, graças aos progressos trazidos pela mecanização, à modernização da agricultura, etc., como o aperfeiçoamento, isto é, como o excedente de operários aumenta mais rapidamente do que o capital crescente, o que é que se faz deste número crescente de operários? Constituem um exército industrial de reserva que, durante os momentos maus ou medíocres, é pago abaixo do valor do seu trabalho, encontra irregularmente emprego ou vive da assistência pública, mas é indispensável à classe capitalista nos momentos de atividade particularmente grande como se viu em Inglaterra – mas que, de qualquer maneira, serve para quebrar as forças de resistência dos operários em relação ao trabalho regular e para manter os salários a baixo nível. “O exército industrial de reserva é tanto mais numeroso quanto a riqueza social...(é) mais



considerável... Mas quanto mais crescer este exército de reserva comparativamente ao exército ativo do trabalho, mais a sobrepopulação aumenta, excedente este cuja miséria é inversamente proporcional aos tormentos do trabalho. Quanto mais aumentar esta camada de Lázarus da classe operária, mais cresce a pauperização oficial. É esta a lei absoluta e geral da acumulação capitalista”(MARX, Karl. *O Capital*. Livro 1, Tomo III).

Estas são, confirmadas de uma maneira rigorosamente científica, algumas das principais leis do sistema social capitalista moderno, que os economistas burgueses buscam evitar quando não buscam refutá-las. E assim dissemos tudo? Absolutamente. Com a mesma clareza com que sublinha o lado maléfico da produção capitalista, Marx prova o caráter necessário desta formação social para o desenvolvimento das forças produtivas até ao grau tal que permitisse um desenvolvimento verdadeiramente humano e igual para todos os membros da sociedade. As formações sociais anteriores foram demasiadamente pobres para isso. Somente a produção capitalista cria as riquezas e as forças produtivas necessárias para tal, criando, simultaneamente, com a massa dos operários explorados, a classe social que cada vez mais é obrigada a exigir o uso dessas riquezas e dessas forças produtivas em favor de toda a sociedade e não, tal como é hoje, em favor de uma classe monopolista.